

# AGROINDUSTRIALIZAÇÃO COLETIVA DE ALIMENTOS NO CERRADO GOIANO, BRASIL: DINÂMICAS PRODUTIVAS EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

JANICE MORAIS OLIVEIRA <sup>1</sup>   
FABIANA THOMÉ DA CRUZ <sup>1</sup> 

**RESUMO** – Em meio às contradições que marcam a reforma agrária brasileira, emergem experiências coletivas nos assentamentos de reforma agrária, ainda pouco visibilizadas. Este artigo analisa grupos produtivos voltados ao processamento de alimentos em assentamentos sob a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Goiás, buscando identificar o que produzem, como comercializam e de que maneira criam alternativas de geração de renda. A partir de uma investigação quantitativa-qualitativa, foram mapeados 36 grupos ativos em 34 assentamentos, de um total de 297. Estes 36 grupos desenvolvem atividades contínuas de processamento de alimentos para comercialização, sendo que 34 deles (94%) aproveitam a matéria-prima produzida nos lotes. Dentre os alimentos processados, destacam-se: mel, panificados, doces artesanais e derivados da mandioca. Predominam canais informais de comercialização, mas os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sustentam grupos mais estruturados. Fundamentadas na multifuncionalidade, cooperação e no vínculo com o território, essas experiências apontam para um relevante potencial de fortalecimento socioeconômico das famílias assentadas por meio do trabalho coletivo, mas ainda condicionado à melhoria da infraestrutura, ao suporte técnico contínuo e à estabilidade das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Organização produtiva; processamento de alimentos; políticas públicas; agregação de valor; desenvolvimento territorial.

**ABSTRACT** – COLLECTIVE AGRO-INDUSTRIALIZATION OF FOOD IN THE GOIANO CERRADO, BRAZIL: PRODUCTIVE DYNAMICS IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS. Among the contradictions that mark Brazilian agrarian reform, collective experiences are emerging in agrarian reform settlements, which are still largely invisible. This article analyzes productive groups focused on food processing in settlements under the jurisdiction of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) in Goiás, seeking to identify what they produce, how they market their products, and how they create alternative sources of income. Based on a quantitative-qualitative investigation, 36 active groups were mapped in 34 settlements, out of a total of 297. These groups engage in continuous food-processing activities for commercial purposes, with 34 groups (94%) using raw materials produced on their own settlement plots. The most notable processed foods are honey, baked goods, handmade sweets, and cassava derivatives. Informal marketing channels predominate, but institutional markets, such as the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE), support more structured groups. Based on multifunctionality, cooperation, and ties to the territory, these experiences point to significant potential for the socioeconomic strengthening of settled families through collective work, but this is still conditional on infrastructure improvements, ongoing technical support, and stable public policies.

**Keywords:** Productive organization; food processing; public policies; value addition; territorial development.

## DESTAQUES

- Todos os assentamentos do INCRA em Goiás foram investigados no presente estudo.
- A agroindustrialização é um eixo da multifuncionalidade da agricultura familiar.
- Atividades produtivas coletivas promovem inclusão social de mulheres e jovens.
- A reforma agrária é instrumento de inclusão produtiva e dinamização socioeconômica.
- Há convergência entre multifuncionalidade, reforma agrária e enfoque territorial.

Recebido: 14/12/2025. Aceite: 05/06/2026. Publicado: 23/07/2026.

✉ Janice Moraes Oliveira: [janmoraes2001@gmail.com](mailto:janmoraes2001@gmail.com)

<sup>1</sup> Setor de Desenvolvimento Rural, Escola de Agronomia, Universidade Federal de Goiás (UFG), Av. João Leite, nº 1520 – Setor Santa Genoveva [INCRA], Goiânia, Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos assentamentos de reforma agrária, a vida no campo constrói-se a partir de múltiplas estratégias de trabalho e de organização socioproductiva, que buscam integrar a produção familiar e coletiva em torno do uso dos recursos locais, da cooperação entre as famílias e da valorização dos alimentos como expressão de cultura e identidade das populações do campo.

A partir do reconhecimento do território como espaço de vida, surgem experiências coletivas de produção e processamento de alimentos como ferramentas de resistência, inovação social e geração de renda. Quando conduzidas pelas mulheres, essas práticas reafirmam seu protagonismo na preservação dos saberes alimentares e na promoção da segurança alimentar e nutricional nos territórios rurais (Sales *et al.*, 2019).

Conforme destacam Maluf (2004) e Bonnal *et al.* (2008), a transformação dos alimentos possibilita que as famílias se apropriem de uma parcela maior do valor final dos produtos e, simultaneamente, fortaleçam o tecido social e cultural dos territórios onde vivem.

Nesse sentido, a agroindustrialização materializa a multifuncionalidade da agricultura familiar, pois combina geração de renda, preservação de saberes e fortalecimento das dinâmicas territoriais. O conceito de multifuncionalidade amplia a compreensão do papel da agricultura familiar no meio rural, ao superar a visão estritamente produtiva e incorporar também funções sociais, culturais e ambientais.

Considerando, portanto, a agroindustrialização como uma atividade que diversifica e amplia as fontes de renda das famílias assentadas e reconhecendo a importância das organizações coletivas para o desenvolvimento social das comunidades, investigou-se como tais experiências ocorrem nos assentamentos de Goiás. Assim, este estudo procurou responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Quais assentamentos sob a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Goiás (INCRA/Goiás) possuem unidades coletivas de processamento de alimentos destinadas à comercialização e de que modo essa atividade é conduzida pelas famílias assentadas?”

Para responder a esta questão, o objetivo do presente estudo foi: mapear, caracterizar e analisar as organizações produtivas que atuam no processamento e comercialização de alimentos em assentamentos de reforma agrária sob a jurisdição do INCRA/Goiás, identificando as múltiplas formas de organização coletiva e analisando suas estratégias de comercialização, produção e as dinâmicas específicas, relacionadas à agroindustrialização.

Além desta introdução, o presente artigo está estruturado em quatro seções. A próxima seção apresenta o referencial teórico, que discorre sobre os assentamentos da reforma agrária do INCRA em Goiás, a agroindustrialização dos alimentos pela agricultura familiar, os grupos produtivos nos assentamentos e seus canais de comercialização e, ainda, as contribuições da reforma agrária para o desenvolvimento territorial. Em seguida, detalha-se metodologia utilizada para identificar os grupos produtivos entre os assentamentos investigados. Na seção de resultados e discussão, apresenta-se a análise dos dados provenientes dos questionários respondidos. Por fim, tem-se as considerações finais, onde são apresentados os principais achados da pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Assentamentos da Reforma Agrária sob a jurisdição do INCRA em Goiás

O INCRA é o órgão federal responsável pela execução da Política Nacional de Reforma Agrária no Brasil. Em Goiás, ele se divide em duas superintendências: INCRA/Distrito Federal, responsável pelos assentamentos do Entorno do Distrito Federal e Nordeste Goiano, e o INCRA/Goiás, foco deste estudo. Sob a jurisdição do INCRA/Goiás, são 306 assentamentos distribuídos em 80 municípios, onde vivem aproximadamente 14 mil famílias assentadas. Destas, aproximadamente seis mil já receberam os seus títulos de domínio (INCRA, 2025), que é a etapa conclusiva do processo de reforma agrária, o qual garante a posse definitiva da terra e o acesso a outras políticas de crédito rural (República Federativa do Brasil, 2019). Antes desta etapa, outros créditos específicos são disponibilizados para os assentamentos.

A aquisição de imóveis para a reforma agrária em Goiás resulta, em grande parte, da atuação dos movimentos sociais de luta pela terra, os quais auxiliam o INCRA na identificação prévia de imóveis rurais com possíveis irregularidades fundiárias, trabalhistas ou produtivas. Contudo, a limitação de recursos humanos e financeiros reduz a atuação do órgão. Nesse cenário, o mapeamento de práticas produtivas nos assentamentos torna-se estratégia fundamental para subsidiar políticas públicas e orientar estratégias de desenvolvimento territorial rural.

De modo geral, as famílias assentadas enfrentam diversos desafios estruturais e organizativos, mesmo

após anos de permanência no assentamento: longas distâncias até os centros urbanos, escassez de canais de comercialização, inexistência de cadeias produtivas locais, pouca atuação dos municípios, conflitos internos e ausência de assistência técnica permanente. Ainda assim, surgem experiências que demonstram a capacidade de adaptação e inovação das comunidades assentadas.

As atividades em agroindústrias de pequeno porte, instaladas no interior dos assentamentos (Eid *et al.*, 2015; Nascimento *et al.*, 2022), permitem elevar o valor dos alimentos e diversificar as fontes de renda. Além de gerar novas possibilidades econômicas, essas iniciativas ampliam o protagonismo de mulheres e jovens (Paula, 2023; Spanevello *et al.*, 2019), tradicionalmente subestimados nas dinâmicas produtivas e vistos somente como força de trabalho auxiliar.

No contexto europeu e africano, ainda que não se referindo a assentamentos de reforma agrária, estudos como o de Ortiz-Miranda *et al.* (2022) reforçam que pequenos estabelecimentos voltados ao processamento de alimentos são importantes nos sistemas alimentares regionais, especialmente quando o processamento de alimentos é realizado na propriedade, quando há inserção dos produtos em circuitos curtos de comercialização e, ainda, quando há integração aos territórios.

A partir da pesquisa, os autores apontam quatro cenários possíveis para esses empreendimentos e, ainda que com distinção importante entre as regiões estudadas e entre os cenários identificados, os resultados evidenciam que essas agroindústrias são essenciais para a agregação de valor aos alimentos, para o abastecimento local e para a diversificação econômica.

## **2.2. Agroindustrialização dos alimentos pela agricultura familiar**

As agroindústrias rurais surgiram na América Latina nos anos 1980 como estratégia de enfrentamento da pobreza e de inserção dos pequenos estabelecimentos nos mercados, por meio da agregação de valor aos produtos primários (Requier-Desjardins, 1999). No Brasil, embora o Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registre 720 644 estabelecimentos familiares com algum tipo de agroindústria (IBGE, 2017a), apenas uma pequena parcela está situada em áreas de reforma agrária: 115 644 estabelecimentos, sendo 2 542 em Goiás (Marques, 2021). Esse número, contudo, é superestimado, pois o IBGE classifica como agroindústria qualquer processamento rural, sem distinguir se a destinação dos produtos é para autoconsumo e/ou comercialização.

Para esta pesquisa, adotou-se o conceito de Mior (2005), que define agroindústria familiar rural – também chamada artesanal ou colonial – como forma de organização voltada à transformação da produção agrícola e/ou pecuária com foco em valor de troca. Bergamasco e Almeida (2009) destacam que essa atividade agrega valor desde a seleção até à comercialização dos produtos, ampliando renda e capacidade de desenvolvimento. Mesmo quando formalizadas, essas iniciativas preservam forte vínculo cultural, baseado em práticas tradicionais e receitas herdadas (Quadros, 2012), elaborando produtos que expressam identidade territorial e hábitos alimentares, como sublinham Mior (2003) e Spanevello *et al.* (2019).

A comercialização ocorre majoritariamente em circuitos curtos, como feiras e mercados locais (Wesz Junior, 2009), mas os programas institucionais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), após a Lei 11.947/2009<sup>i</sup>, ampliaram a inserção de assentamentos e comunidades tradicionais (República Federativa do Brasil, 2009). Pesquisas mostram que a agroindustrialização representa um marco de amadurecimento das iniciativas econômicas pós-conquista da terra (Eid *et al.*, 2015) e constitui alternativa relevante para a geração de renda, reprodução social e permanência das famílias (Paula, 2023) e dos jovens no campo (Deggerone, 2013; Pelegrini & Gazolla, 2009). Além do valor econômico, essa atividade produz valor social, expresso na forma como o trabalho familiar se organiza, para elaborar produtos alimentares representativos de cada território (Gazolla, 2013).

No que se refere à comercialização em circuitos curtos, cabe destacar a relevância dessa estratégia também no contexto europeu, como evidencia o estudo de Stoeva *et al.* (2024), realizado em 14 países europeus. O artigo, que analisa quatro tipos de relações em circuitos curtos, demonstra que os circuitos curtos de comercialização não são um único modelo, mas um conjunto de arranjos organizacionais que funcionam como redes colaborativas que geram valor econômico e social.

Porém, em que pesem os aspectos positivos de comercialização em circuitos curtos, algumas experiências apontam que pode haver benefícios relacionais negativos, como distribuição desigual do retorno financeiro, evidenciando que a qualidade das relações entre os atores é um fator de sucesso importante para essas iniciativas.

Rivera *et al.*, (2020) avaliam a contribuição de pequenas explorações agrícolas (estabelecimentos agropecuários) para a produção e a disponibilidade regional de alimentos, considerando diferentes territórios e produtos. Esse estudo foi feito por meio de análise comparativa de evidências provenientes de 15 países europeus, com foco em produção, comércio e consumo ao nível regional. Os resultados apontam que a

contribuição das pequenas explorações para a produção regional está relacionada com a paisagem agrícola.

Além disso, o estudo aponta que a contribuição dessas explorações para a disponibilidade regional de alimentos depende da estrutura das cadeias de suprimento específicas e dos canais de comercialização disponíveis para essas explorações, especialmente em relação ao autoconsumo e às vendas diretas aos consumidores.

Embora o contexto de agroindústrias familiares seja distinto no Brasil em relação aos casos estudados por Stoeva *et al.*, (2024) e de Rivera *et al.*, (2020), os achados desses estudos contribuem para evidenciar a relevância do tema e para aprofundar estudos que podem enriquecer a análise no contexto brasileiro.

### 2.3. Grupos produtivos nos assentamentos da Reforma Agrária e seus canais de comercialização

Uma vez caracterizada a agroindustrialização familiar, importa compreender como ela se organiza coletivamente nos assentamentos. Diversos formatos de organização coletiva estão presentes nos assentamentos rurais, sendo as associações os mais comuns, responsáveis por articular demandas sociais e econômicas, como acesso a crédito, infraestrutura e políticas públicas.

Paralelamente, destacam-se os grupos produtivos, formados por famílias que se unem para processar ou beneficiar coletivamente alimentos destinados à comercialização em diferentes mercados, muitas vezes por meio de pequenas agroindústrias rurais, formais ou informais (Nascimento *et al.*, 2022; Novak & Soares, 2020; Paixão & Nogueira, 2019; Santana & Lima, 2018; Siliprandi & Cintrão, 2011).

Os mercados institucionais mostram-se canais estratégicos de comercialização para a agricultura familiar assentada, especialmente o PNAE, que favorece a geração de renda, preservação dos hábitos alimentares, diversificação produtiva e fortalecimento territorial (Melo & Vieira, 2012; Wesz Junior, 2009). Estudos em Goiás, como os de Freitas (2020), Filgueiras (2017) e Monteiro (2019) evidenciam que o apoio estatal é decisivo para a participação dos assentamentos nesses programas, embora persistam desafios como burocracia e custos de adequação sanitária.

Paralelamente, os canais curtos de comercialização – feiras, vendas a vizinhos, cestas camponesas, encomendas e mercados locais – desempenham um papel central na inclusão socioprodutiva e na segurança alimentar e nutricional (Verano & Medina, 2021). Eles proporcionam preços mais justos, alimentos frescos e relações de confiança, além de fortalecerem os laços comunitários e reduzirem a dependência de intermediários. Algumas feiras chegam a ocorrer dentro dos próprios assentamentos de Goiás, como em Canudos e Santa Marta, organizadas pelas famílias e associações locais (informação verbal)<sup>ii</sup>.

Ao diversificarem estratégias de venda, os grupos produtivos desenvolvem a sua capacidade organizativa, fortalecem as economias locais e contribuem para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e democráticos.

### 2.4. Contribuições da reforma agrária para o desenvolvimento territorial

Para Cazella *et al.* (2009), o território é um espaço socialmente construído, formado por dimensões materiais – como recursos naturais e espaço geográfico – e imateriais, relacionadas à identidade, cultura e simbolismos. Ele reflete disputas, acordos e estruturas de poder historicamente constituídas, como evidenciam comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais.

Por sua vez, o desenvolvimento territorial consiste em um processo endógeno de transformação social e econômica baseado em saberes locais, vínculos comunitários e cooperação (Cazella *et al.*, 2009), dependente da governança participativa e da coordenação entre atores e políticas públicas (Bonnal *et al.*, 2012).

Sob essa perspectiva, a reforma agrária ultrapassa a função de redistribuição fundiária e se transforma em instrumento de reconfiguração territorial. O acesso à terra permite a criação de redes produtivas, a dinamização econômica e o fortalecimento de populações historicamente marginalizadas, desde que articulado com políticas estruturantes. Saldanha *et al.* (2009) mostram que assentamentos sustentados por práticas coletivas consolidam novas territorialidades, como observado no norte do Espírito Santo.

Nesse processo, as organizações sociais rurais – sindicatos, cooperativas, associações, movimentos e grupos produtivos – tornam-se protagonistas na construção de territórios mais autônomos e politicamente ativos. Além de garantir representação, promovem educação popular e cadeias produtivas solidárias, reforçando a capacidade dos territórios de resistir a pressões externas e planejar seu próprio desenvolvimento (Cazella *et al.*, 2009).

A multifuncionalidade da agricultura familiar, conforme Bonnal *et al.* (2008), expressa as funções econômicas, sociais, ambientais e culturais da atividade agrícola, que extrapolam a lógica produtivista.

A reforma agrária, em complemento, potencializa a multifuncionalidade ao democratizar a terra,

reforçar práticas agroecológicas, preservar paisagens e valorizar identidades locais. No contexto desta pesquisa, os grupos produtivos de processamento de alimentos materializam essa convergência entre multifuncionalidade e enfoque territorial.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, pois aborda um fenómeno pouco documentado. Não houve aplicação de técnicas de amostragem, visto que o mapeamento dos grupos produtivos abrangeu todos os assentamentos rurais administrados pelo INCRA/Goiás. A seleção dos contactos seguiu o princípio das redes sociais descrito por Barnes (1987), segundo o qual as relações sociais configuram redes interligadas em que indivíduos e grupos estabelecem laços formais e informais, que influenciam o fluxo de informações, recursos e oportunidades.

O estudo concentrou-se nos grupos produtivos permanentes, tanto os compostos por homens e mulheres, como os integrados maioritariamente ou exclusivamente por mulheres, cujas atividades de processamento e comercialização ocorrem de forma contínua ao longo do ano ou conforme a disponibilidade de matéria-prima.

As experiências temporárias, voltadas apenas ao fornecimento pontual da produção, não foram incluídas na análise. Foram considerados tanto os grupos que realizam coletivamente todas as etapas da produção – definidos como organização coletiva integral – quanto aqueles que compartilham apenas uma ou mais fases do processo, como o cultivo, a colheita, o beneficiamento, o processamento e/ou a comercialização (organização coletiva parcial).

Para identificá-los e compreender as suas dinâmicas nos assentamentos rurais de Goiás, foram utilizados os seguintes procedimentos e instrumentos metodológicos, detalhados no quadro I.

Quadro I – Procedimentos e instrumentos utilizados para a identificação dos grupos produtivos inseridos nos assentamentos rurais sob a jurisdição do INCRA/Goiás.

*Table I – Procedures and instruments used to identify productive groups located in rural settlements under the jurisdiction of INCRA/Goiás.*

| Etapa | Procedimento                                                                                                   | Instrumento                                                                                                                                      |
|-------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1     | Levantamento dos assentamentos sob jurisdição do INCRA/Goiás                                                   | Banco de dados público do INCRA                                                                                                                  |
| 2     | Identificação de contactos locais (intermediários e finais) e da existência de grupo produtivo no assentamento | Rede social ( <i>Whatsapp</i> , ligações)                                                                                                        |
| 3     | Aplicação de questionário <i>on-line</i> a um membro do grupo produtivo                                        | <i>Google Forms</i><br>(dependendo do caso, respondido diretamente pelo membro do grupo ou junto com a pesquisadora, durante ligação telefónica) |
| 4     | Tabulação e sistematização dos questionários respondidos                                                       | Planilha <i>Excel</i>                                                                                                                            |
| 5     | Análise e visualização dos resultados                                                                          | Quadros e gráficos descritivos                                                                                                                   |

Fonte: Autores

Considerando que este foi um estudo exploratório, o questionário foi construído a partir de evidências empíricas e contemplou perguntas exclusivamente voltadas ao perfil dos grupos, como a diversidade de alimentos processados, as formas de comercialização, a origem das matérias-primas, a constituição dos grupos por género, o número de famílias envolvidas e as suas formas de organização.

Nesse sentido, como a análise inicial se orientou para a caracterização produtiva dos grupos identificados, não foram recolhidos dados sobre o perfil individual dos seus integrantes.

Ainda, a pesquisa quantificou as atividades coletivas de processamento voltadas à comercialização, não abrangendo aquelas destinadas apenas ao autoconsumo (Mior, 2005) ou relacionadas à produção de alimentos *in natura* e de géneros não alimentícios<sup>iii</sup>.

O fluxograma apresentado na figura 1 ilustra os passos metodológicos utilizados neste estudo, que conduziram à identificação dos assentamentos do INCRA/Goiás com grupos produtivos que processam alimentos.

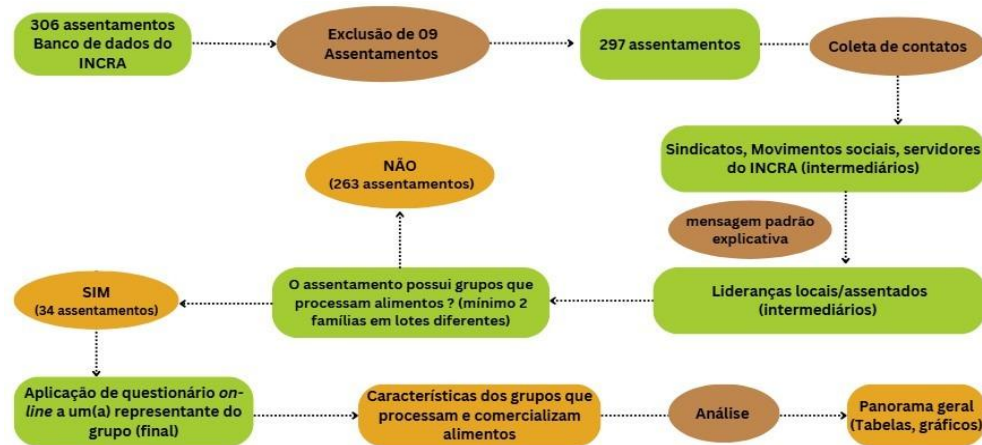


Fig. 1 – Fluxograma da metodologia para identificar os grupos produtivos nos assentamentos rurais do INCRA/Goiás.

*Fig. 1 – Flowchart of methodology to identify productive groups in INCRA/Goiás rural settlements.*

Fonte: Autores

Quanto aos requisitos éticos de aplicabilidade de questionários, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) está em conformidade com a instituição de ensino superior à qual a pesquisa está vinculada. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás em março de 2024, sob o protocolo CAAE: 76732923.0.0000.5083.

#### 4. DINÂMICAS PRODUTIVAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE GOIÁS

De maneira geral, as organizações produtivas presentes nos assentamentos de reforma agrária constituem um importante passo para o desenvolvimento local. Nesta secção, apresentam-se os resultados obtidos a partir dos questionários *online*, organizados em quatro subsecções, as quais descrevem a diversidade organizacional, localização, composição, produtos processados e estratégias de comercialização dos grupos identificados.

Dos 306 assentamentos sob jurisdição do INCRA/Goiás, nove foram excluídos por não terem concluído o processo oficial de seleção de famílias, totalizando 297 analisados. Entre eles, foram identificados 36 grupos produtivos distribuídos em 34 assentamentos, ativos até ao início de 2024, o que representa apenas 11,4% (34) do total. Essa baixa presença de organizações produtivas sugere uma frágil inserção dos assentamentos nos mercados formais e informais de alimentos processados e reflete a ausência histórica de planejamento orientado ao desenvolvimento rural.

Como aponta Graziano da Silva (1997), prevaleceu uma visão restrita de reforma agrária centrada na expansão agrícola, ignorando dimensões económicas e sociais fundamentais. Apesar de formulada há quase três décadas, essa crítica permanece atual, uma vez que muitos assentamentos seguem marginalizados dos circuitos económicos, com acesso limitado a mercados, tecnologias e apoio técnico contínuo.

##### 4.1. Panorama geral dos grupos produtivos nos assentamentos de Goiás

A análise da distribuição dos grupos produtivos identificados nos assentamentos rurais em Goiás, permite compreender, tanto a abrangência territorial dessas experiências quanto os desafios estruturais e institucionais que limitam sua expansão. Em 2017, o IBGE propôs uma nova regionalização do Brasil, baseada em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, priorizando as interações socioeconómicas e o desenvolvimento regional (IBGE, 2017b).

A Figura 2 apresenta os 34 assentamentos do INCRA/Goiás, que abrigam os 36 grupos produtivos com atividades de processamento e comercialização de alimentos identificados nesta pesquisa. Estes se distribuem em nove regiões geográficas imediatas, com destaque para Jataí-Mineiros, responsável por 35% (13 grupos) do total. Essa concentração revela o peso das regiões Sudoeste e Sul Goiano, as quais reúnem maior densidade de assentamentos e melhores condições logísticas, enquanto o Norte e o Nordeste do estado apresentam menor incidência de grupos produtivos, possivelmente reflexo da maior distância dos centros urbanos e da escassez de políticas públicas de apoio.

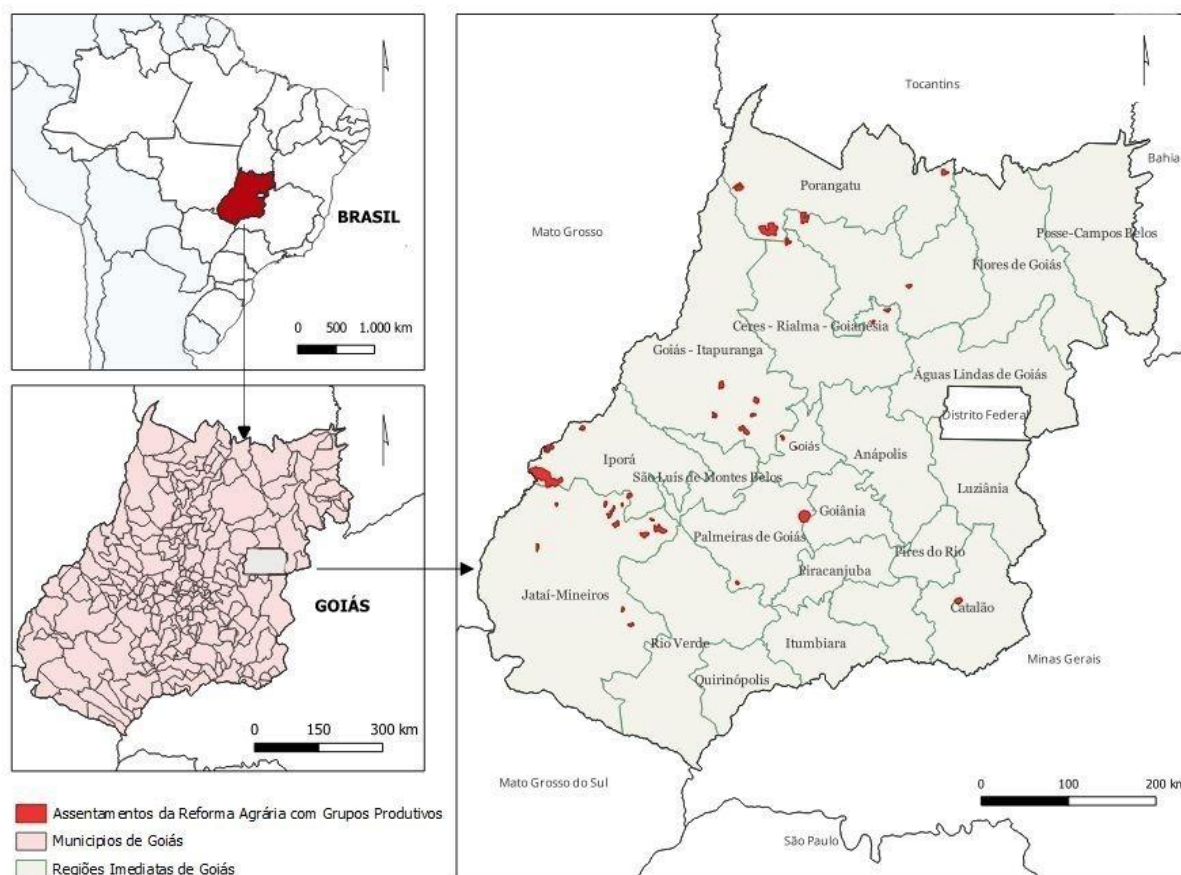


Fig. 2 – Assentamentos de reforma agrária no estado de Goiás com presença de grupos produtivos.

*Fig. 2 – Agrarian reform settlements in the state of Goiás, with the presence of productive groups.*

Fonte: INCRA (2025)

Os resultados indicam que os 36 grupos reúnem aproximadamente 346 famílias (2,5%) diretamente envolvidas nas atividades coletivas, de um total de 14 mil famílias assentadas em Goiás (INCRA, 2025). Esse dado revela o alcance ainda reduzido das experiências de cooperação produtiva, resultado de entraves estruturais e institucionais, os quais limitam a expansão dessas iniciativas.

Essa limitação aparece de forma ainda mais evidente nos relatos dos(as) interlocutores(as). Durante os contactos telefônicos realizados na fase exploratória da pesquisa, foram recorrentes as menções à baixa coesão entre famílias, dificuldades de reuniões periódicas, distâncias físicas entre os lotes, carência de assistência técnica contínua, infraestrutura precária, dificuldade de acesso ao crédito, barreiras sanitárias e instabilidade dos mercados institucionais. Esses fatores sugerem que as atividades de processamento e comercialização de alimentos ainda permanecem restritas a uma parcela pequena das famílias assentadas em Goiás.

#### 4.2. A diversidade organizacional dos grupos produtivos

Verificou-se que os grupos produtivos se organizam de formas diversas, evidenciando o carácter dinâmico e adaptativo das experiências coletivas, assim como as condições específicas de cada assentamento, como: infraestrutura disponível, perfil das famílias, acesso a políticas públicas, assistência técnica e crédito.

Além disso, outros fatores não considerados neste estudo, como proximidade com centros urbanos, apoio dos municípios, história de mobilização pela terra, existência de cooperativas na região e oportunidades de comercialização local, também podem influenciar a forma como os grupos se estruturam.

Essa multiplicidade de estratégias demonstra que as atividades podem ocorrer tanto formalizadas, em pequenas agroindústrias rurais, quanto por meio de iniciativas informais, sustentadas em redes de vizinhança e solidariedade. Moreira *et al.* (2012), ao analisarem a realidade organizativa de assentamentos na Paraíba, concluíram que a forma como as famílias se organizam coletivamente é determinante para o alcance de bons resultados socioeconômicos, políticos e culturais. Assim, compreender as especificidades de cada contexto é essencial para explicar porque alguns assentamentos consolidam grupos produtivos, associações ou

cooperativas, enquanto outros permanecem sem atividades coletivas estruturadas.

Dos 36 grupos encontrados, apenas dois estão organizados em cooperativas e 13 em associações ou possuem apenas a agroindústria formalizada. Esta fornece para mercados de proximidade e formais, incluindo os mercados institucionais, seja de forma direta ou por meio de cooperativas. As associações possuem um processo de criação juridicamente mais simples do que as cooperativas e são uma forma inicial interessante de organização coletiva da produção, gestão e comercialização dos alimentos, auxiliando as famílias assentadas no acesso a crédito, assistência técnica, comercialização conjunta, etc.

Os demais são grupos informais ligados à produção de mel e de “quitandas” (bolos caseiros), doces, conservas, cujos canais de venda se restringem às feiras locais, amigos, vizinhos, cestas e por encomenda. Há ainda famílias que coletam o baru, fruto nativo do Cerrado, dentro dos assentamentos e fornecem diretamente para as cooperativas locais. O quadro II demonstra as estruturas produtivas e formas de funcionamento dos grupos encontrados na presente pesquisa. Todos eles se encaixam em um dos seis tipos de grupo detalhados abaixo.

Quadro II - Dinâmicas organizacionais dos 36 grupos produtivos presentes nos assentamentos do INCRA/Goiás.

Table II - Organizational Dynamics of the 36 Productive Groups Located in INCRA/Goiás Settlements.

| Tipo de grupo                                                             | Estrutura produtiva e forma de funcionamento                                                                                                                                                                                                        | Exemplo de assentamentos                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Grupos com estrutura coletiva formalizada                              | Produzem e processam alimentos em espaços específicos (casas de farinha, panificadoras, casas do mel, unidade de produção de conservas e doces), fiscalizados pela vigilância sanitária municipal; vendem principalmente a mercados institucionais. | Jenipapo, Olga Benário, Roberto Martins Melo, José Martí, Bacuri, Formiguinha, Romulus de Souza Pereira, D. Helder.                                                                                |
| 2. Grupos informais com processamento nos próprios lotes                  | Agricultores(as) produzem e transformam alimentos em seus próprios lotes (doces, conservas, defumados, panificados, hortaliças) e se unem para vender em bancas de feira, cestas camponesas etc., compartilhando logística e renda                  | Santa Fé da Laguna, D. Tomás Balduino, Lagoa Seca                                                                                                                                                  |
| 3. Extrativistas de baru e outras castanhas                               | Famílias coletam e quebram o baru de forma dispersa, mas vendem coletivamente para cooperativas regionais, como a Rede <i>ExtratiUni</i>                                                                                                            | São Pedro, Oziel Alves Pereira e Vale do Araguaia, Região de Bom Jardim de Goiás                                                                                                                   |
| 4. Extrativistas de frutos do Cerrado (buriti, babaçu, coco, baru)        | Praticam o extrativismo e processam artesanalmente óleos e castanhas, comercializando em feiras locais.                                                                                                                                             | Plínio de Arruda Sampaio, Lagoa Seca                                                                                                                                                               |
| 5. Apicultores organizados em rede                                        | Apiários individuais, mas colheita e beneficiamento coletivos; comercialização autônoma ou via cooperativas.                                                                                                                                        | Cachoeira Bonita, Keno, Lagoa da Serra, N.S. Abadia, Morrinhos, Padre Ilgo; D. Fernando, Querência, Mata do Baú, S. Carlos, Liberdade, Sta Rosa, Sta Marta, Gustavo Martins, Rio Araguaia, Canudos |
| 6. Famílias que produzem em lotes e comercializam por meio de associações | Processam alimentos (farinha, panificados, doces etc.) individualmente, mas vendem em conjunto para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), via associações locais                                                                              | Boa Vista II / Recanto Sonhado, Nossa Senhora Guadalupe                                                                                                                                            |

Fonte: Autores

Essa pluralidade de formatos organizativos revela a capacidade adaptativa dos assentamentos diante das condições locais e das políticas públicas disponíveis. Em síntese, os grupos produtivos constituem núcleos de inovação social, capazes de fortalecer as famílias e sustentar alternativas concretas de permanência no campo.

#### 4.3. Composição dos grupos produtivos

Em relação à composição dos grupos produtivos, 72% (26 grupos) são formados por homens e mulheres que processam e/ou beneficiam os alimentos nos assentamentos, enquanto em 28% (10) dos grupos, apenas mulheres trabalham na atividade, ou seja, elas são responsáveis por todas as etapas, até à comercialização dos produtos, sendo que a participação dos homens se dá esporadicamente ou em algumas etapas de produção. Algumas pesquisas têm revelado situações em que as mulheres estão à frente das agroindústrias familiares (Lutke & Costa, 2019; Paixão & Nogueira, 2019; Silva *et al.*, 2016), assumindo um papel importante para o desenvolvimento da comunidade assentada, como a diversificação da renda familiar, maior qualidade de vida e menor impacto ambiental.

Esses efeitos positivos também foram vistos com o grupo de mulheres Roseli Nunes, que substituiu a atividade insalubre de produção de carvão vegetal por processamento de panificados no Assentamento José Dias, em Inácio Martins/PR, incrementando significativamente a renda e o bem-estar de toda a comunidade envolvida (Novak & Soares, 2020). Também, o estudo realizado por Nascimento *et al.* (2022) na agroindústria Mãos na Massa, em Nova Santa Rita (RS), revela o protagonismo das mulheres assentadas no processamento e comercialização de alimentos como um marco de fortalecimento do trabalho coletivo e

inclusão produtiva dessas mulheres, para além do ambiente doméstico.

A diversidade produtiva observada entre os grupos estudados não se expressa apenas na escala ou no volume da produção, mas também na variedade de alimentos transformados, nas origens das matérias-primas e nas formas de inserção nos mercados locais. Seguidamente, apresentam-se os principais produtos agroindustrializados e os canais de comercialização que sustentam as iniciativas coletivas nos assentamentos de Goiás.

#### 4.4. Alimentos agroindustrializados e canais de comercialização

##### 4.4.1. Diversificação produtiva e identidade alimentar local

Os dados revelam que 34 dos 36 grupos produtivos utilizam como matéria-prima os alimentos cultivados nos próprios lotes ou adquiridos a vizinhos e familiares. Essa dinâmica fortalece o sentido comunitário, promove certa autossuficiência, além de reduzir custos logísticos e beneficiar as famílias que não estão diretamente envolvidas na atividade coletiva.

Esse resultado corrobora o estudo de Bergamasco e Almeida (2009), que destacaram o uso predominante de matérias-primas oriundas dos próprios lotes como elemento estruturante de redes locais de comercialização. Tal prática fortalece a (re)inclusão social e económica das famílias direta e indiretamente envolvidas no processamento de alimentos e reafirma a importância da produção agrícola local como base da agroindustrialização familiar no meio rural.

A figura 3 apresenta a proporção dos principais alimentos beneficiados e/ou processados pelos 36 grupos produtivos, demonstrando a riqueza da diversidade alimentar presente nos 34 assentamentos do INCRA/Goiás. Destacam-se o mel (16), os panificados (9), os doces (7) e geleias (4), farinha de mandioca (6) e polvilho (4), conservas e castanhas (5), além de itens complementares, como: rapadura, castanhas, polpas, queijos, requeijão, desidratados, açafrão, bebidas, defumados, óleo de babaçu, óleo de gergelim, mandioca descascada e legumes a vácuo.

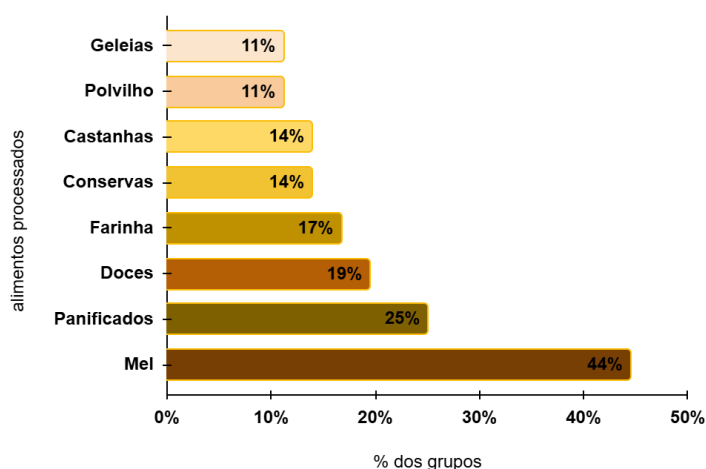


Fig. 3 – Proporção dos alimentos processados nos 36 grupos produtivos dos assentamentos rurais do INCRA/Goiás.

*Fig. 3 – Proportion of Processed Foods among the 36 Productive Groups in INCRA/Goiás Rural Settlements.*

Fonte: Autores

A diversidade de alimentos processados é expressiva e evidencia o potencial da agricultura familiar e sua contribuição para o abastecimento local e a segurança alimentar e nutricional (SAN), além de ressaltar o protagonismo das mulheres na preservação dos saberes e as adaptações técnicas incorporadas ao longo do tempo.

Entre as atividades mais consolidadas, a apicultura vem se expandindo em diversos assentamentos por demandar pouco investimento inicial e gerar retorno rápido, envolvendo famílias de diferentes faixas etárias. Essa atividade tem sido favorecida pelo apoio institucional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com a doação de kits de apicultura individuais e comunitários, possibilitando o início da produção de mel em vários assentamentos.

De forma alinhada às evidências da presente pesquisa, o estudo conduzido por Silva *et al.* (2020) constatou que o fortalecimento da apicultura no sertão de Alagoas tem promovido renda às famílias assentadas, preservação do bioma Caatinga, além de incluir os jovens rurais na atividade. Já a panificação e

o beneficiamento da mandioca destacam-se em assentamentos com melhor infraestrutura de processamento, permitindo a inserção dos produtos nos mercados proporcionados por compras públicas de alimentos, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE, os quais garantem escoamento e renda mais estáveis. O processamento da mandioca, presente em dez grupos, seja como farinha, polvilho ou *in natura*, reafirma sua importância cultural e econômica, sendo um alimento historicamente cultivado pela agricultura familiar goiana (IBGE, 2017a).

A figura 4 ilustra um exemplo de processamento da mandioca no assentamento José Martí, em Niquelândia.



Fig. 4 – Algumas etapas da produção e processamento da mandioca pelo grupo produtivo do assentamento José Martí.

*Fig. 4 – Some stages of cassava production and processing by the productive group of the José Martí settlement.*

Fonte: Autores

Por sua vez, a produção artesanal de doces, conservas e geleias representa um importante elo entre tradição e inovação, ressaltando o múltiplo uso das frutas cultivadas nos quintais produtivos e reafirmando a identidade alimentar goiana, além de incorporar saberes culinários, tradicionalmente restritos ao ambiente doméstico e às dinâmicas de uma atividade econômica. O beneficiamento de castanhas, especialmente do baru, realizado por cerca de 14% dos grupos, revela o aproveitamento sustentável de recursos nativos do Cerrado. Apesar de ser uma alternativa promissora, ainda enfrenta limitações de escala e de mercado, devido aos altos custos e às exigências técnicas para agregar valor ao produto.

Destacou-se também a produção de doces, presentes em sete grupos produtivos. Essa prática artesanal possui grande relevância cultural no meio rural goiano, pois, como observa Abdala (2011), os doces tradicionais carregam memórias, afetos e modos de fazer transmitidos entre gerações. O que antes era destinado ao autoconsumo familiar, hoje representa fonte de renda e valorização do trabalho feminino.

Essas experiências confirmam o que Mior (2003) descreve como a emergência de “novas convenções” de qualidade alimentar, baseadas na origem, no modo artesanal de preparo e no vínculo direto com o consumidor, distinguindo os produtos da agricultura familiar daqueles da agroindústria convencional. A diversidade produtiva observada nos assentamentos traduz, portanto, a multifuncionalidade da agricultura familiar (Cazella *et al.*, 2009), ao articular saberes tradicionais, diversificação econômica e fortalecimento de identidades territoriais.

Além disso, os dados apresentados convergem com os achados de Ortiz-Miranda *et al.* (2022), que, ao analisarem experiências de pequenos estabelecimentos de processamento de alimentos na Europa e na África, destacam o papel desses empreendimentos no fortalecimento dos sistemas alimentares regionais, sobretudo quando inseridos em circuitos curtos de comercialização e articulados com os territórios. Em consonância com os resultados observados nos grupos produtivos dos assentamentos de Goiás, esses autores

evidenciam que tais agroindústrias desempenham função central não apenas na agregação de valor aos alimentos, mas também no abastecimento local e na diversificação económica das famílias envolvidas.

Por fim, os modos de preparo e as receitas herdadas expressam a memória coletiva das comunidades rurais, reafirmando o alimento como elemento cultural e afetivo, para além da dimensão económica (Abdala, 2011). Nos assentamentos, essa herança se traduz na produção artesanal de doces, pães, farinhas e conservas, os quais preservam práticas camponesas e fortalecem o protagonismo das mulheres como guardiãs da cultura local (Paula, 2023).

#### 4.4.2. Canais de comercialização e os desafios estruturais

Os dados da figura 5 revelam que os canais de comercialização, predominantes, dos alimentos processados pelos grupos produtivos dos assentamentos do INCRA/Goiás são informais, destacando-se as vendas para amigos/vizinhos (26 grupos) e as feiras locais (18 grupos), seguidos por encomendas diretas (8 grupos) e o PAA (8 grupos). Esses resultados estão em consonância com Verano e Medina (2021), que apontam as feiras como os principais espaços de inclusão socioprodutiva da agricultura familiar e de fortalecimento dos canais curtos de comercialização em Goiás.

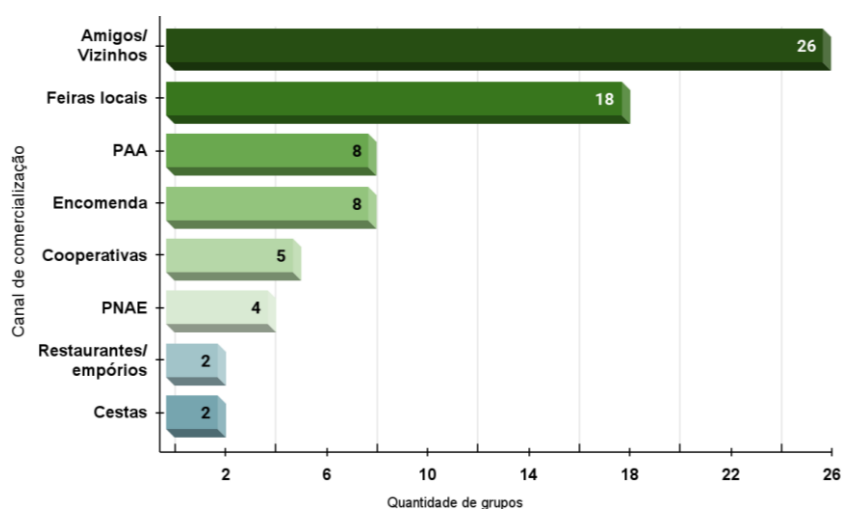


Fig. 5 – Principais canais de comercialização dos 36 grupos produtivos pertencentes aos assentamentos do INCRA/Goiás.

*Fig. 5 – Main Marketing Channels of the 36 Productive Groups Located in INCRA/Goiás Settlements.*

Fonte: Autores

As cestas camponesas, praticadas apenas por dois grupos de mulheres, configuram uma modalidade organizada de venda direta, na qual cada agricultora fornece produtos variados e uma representante coordena a montagem e entrega dos *kits* semanais ou quinzenais aos consumidores. Já o mel é comercializado principalmente por meio de três principais canais: amigos e vizinhos (16 grupos), seguido das feiras (9 grupos) e encomendas (5 grupos).

A formalização sanitária é um dos principais entraves às agroindústrias familiares. A burocracia e os custos de adequação dificultam a obtenção de inspeção, sobretudo para produtos de origem animal, como o mel, restringindo-os a mercados informais. Mesmo para os de origem vegetal, o cumprimento das normas exige apoio técnico e institucional. Como observa Cruz (2020), as regulamentações ainda se baseiam em padrões industriais, descompassados da realidade dessas pequenas unidades, o que perpetua a informalidade e limita a inserção de agroindústrias familiares rurais em mercados estruturados. Os mercados institucionais, em especial o PAA, viabilizam a compra direta de alimentos da agricultura familiar, promovendo a SAN e fortalecendo as economias locais por meio da valorização dos alimentos regionais (República Federativa do Brasil, 2023). Na presente pesquisa, o PAA destacou-se como o principal canal de escoamento para os panificados produzidos nas agroindústrias de sete grupos, confirmando os achados de Bergamasco e Almeida (2009) e Grisa *et al.* (2010) sobre a relação direta entre o programa, o processamento de alimentos e a geração de renda na agricultura familiar.

Contudo, em que pese a importância do programa, o PAA não foi consolidado como uma política estrutural e, por anos, enfrentou fortes retrocessos no volume de recursos e burocratização, especialmente após o *impeachment* da presidente Dilma em 2016 (Reis & Thomaz Jr, 2020), sendo retomado e ampliado somente a partir de 2023.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear, caracterizar e analisar as organizações produtivas que atuam no processamento e comercialização de alimentos em assentamentos de reforma agrária sob a jurisdição do INCRA/Goiás. Os resultados mostram que, apesar das limitações estruturais e institucionais, essas iniciativas possuem significativa capacidade de organização social e produtiva das famílias assentadas, contribuindo para geração de renda, valorização dos saberes locais e fortalecimento de práticas colaborativas.

Este trabalho, inédito por investigar a totalidade dos 297 assentamentos de reforma agrária sob a jurisdição do INCRA/Goiás, identificou 36 experiências coletivas que transformam matérias-primas locais em produtos com valor agregado. O processamento de alimentos emerge como prática de resistência e inovação social, articulando dimensões econômicas, culturais e ambientais. Esses achados dialogam com a multifuncionalidade da agricultura familiar e com a abordagem territorial da reforma agrária, orientada ao desenvolvimento rural. O uso de matérias-primas locais, a diversificação produtiva e a autogestão, quando articulados com outras políticas públicas existentes, ampliam a inclusão produtiva e as possibilidades de sustentação econômica nos assentamentos.

A predominância de alimentos como panificados, doces, mel, castanhas, farinha, polvilho e geleias reafirma o protagonismo das mulheres na preservação dos saberes alimentares, na construção da identidade territorial e na promoção da segurança alimentar e nutricional. Suas práticas, profundamente vinculadas à memória e à cultura camponesa local, fortalecem os vínculos comunitários e melhoram o acesso a diferentes mercados, como feiras e programas institucionais.

As feiras locais confirmam-se como espaços de interação, confiança e circulação de alimentos frescos, embora enfrentem desafios estruturais relacionados com a logística e a regulamentação sanitária. Já os mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, mesmo que sejam políticas sociais que, em maior ou menor medida, são suscetíveis a mudanças de cenários políticos no país, mostraram-se estratégicos para a consolidação das organizações produtivas, ao proporcionarem maior estabilidade à produção e inclusão socioeconômica da agricultura familiar assentada.

O estudo também mostrou que apenas 11,4% (34) dos assentamentos contam com grupos produtivos ativos, indicando a distância entre as necessidades das famílias e a oferta de políticas públicas, infraestrutura e assistência técnica. Ainda assim, a existência e resistência dos grupos identificados demonstram que as famílias assentadas constroem, com base no apoio mútuo, alternativas concretas de renda e permanência no campo. A consolidação dessas iniciativas, entretanto, depende da continuidade e integração de políticas públicas que garantam as condições indispensáveis, para que a reforma agrária cumpra seu papel histórico de promover desenvolvimento rural com justiça social e sustentabilidade.

Diante desse conjunto de evidências, observa-se que as experiências de agroindustrialização coletiva analisadas não se restringem à geração de renda, mas envolvem as dimensões econômicas, sociais e territoriais de forma integrada. Ao mesmo tempo, esses resultados convergem com a literatura internacional ao evidenciar que pequenos estabelecimentos, quando enraizados nos territórios, desempenham papel relevante na segurança alimentar e nutricional e na dinamização das economias locais. A sua contribuição está diretamente associada às formas de inserção em circuitos de comercialização mais próximos e às relações de cooperação entre os agricultores, que geram benefícios que extrapolam a dimensão econômica.

Conclui-se que a atividade coletiva de transformação dos alimentos, ainda que em pequena escala, constitui uma expressão concreta da multifuncionalidade da agricultura familiar nos assentamentos de reforma agrária. Ela potencializa o uso sustentável dos recursos locais, amplia a autonomia das famílias e fortalece a dimensão social da produção, conectando o trabalho de mulheres e homens assentados às políticas de abastecimento e inclusão econômica. Essas experiências revelam a diversidade dos formatos organizativos, o papel relevante das mulheres e as diferentes estratégias de comercialização. Portanto, o presente estudo contribui para o debate sobre a permanência das famílias no campo e para a reflexão sobre os efeitos da presença (ou da ausência) das políticas públicas, na construção de alternativas sustentáveis de geração de renda e de desenvolvimento territorial.

<sup>i</sup> A Lei nº 15.226, de 30/09/2025 altera a Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e amplia para 45% o percentual mínimo para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural no âmbito do PNAE.

<sup>ii</sup> Informação fornecida pelos assentados dos dois assentamentos em 2024.

<sup>iii</sup> Informação fornecida pelos assentados dos dois assentamentos em 2024.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pós-graduação concedida.

## CONTRIBUTOS DOS AUTORES/AS

**Janice Morais Oliveira:** Conceptualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Recursos, Curadoria de dados, Redação – preparação do rascunho original, Redação – revisão e edição, Visualização, Administração do projeto. **Fabiana Thomé da Cruz:** Conceptualização, Metodologia, Validação, Análise formal, Curadoria de dados, Redação – revisão e edição, Visualização, Supervisão.

## ORCID

Janice Morais Oliveira  <https://orcid.org/0009-0007-7731-0081>

Fabiana Thomé da Cruz  <https://orcid.org/0000-0001-8697-7362>

## REFERÊNCIAS

- Abdala, M. C. (2011). Saberes e sabores: tradições culturais populares do interior de Minas e de Goiás [Knowledge and flavours: popular cultural traditions from the interior of Minas Gerais and Goiás]. *História: Questões & Debates*, 54(1), 125-158. <https://doi.org/10.5380/his.v54i1.25743>
- Barnes, J. A. (1987). Redes sociais e processo político [Social networks and the political process]. In B. Feldman-Bianco (Ed.), *Anthropology of contemporary societies* (pp. 159-193). Global Universitária.
- Bergamasco, S. M. P. P., & Almeida, L. M. M. C. (2009). Agroindústrias rurais e segurança alimentar: um novo modelo de desenvolvimento nos assentamentos? [Rural agro-industries and food security: a new development model in settlements?]. *Retratos de Assentamentos*, 12(1), 87-108. <https://retratosdeassentamentos.com>
- Bonnal, P., Cazella, A. A., & Maluf, R. S. (2008). Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques [Agriculture multifunctionality and territorial development: advances and challenges for combining approaches]. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 16(2), 185-227. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/302>
- Bonnal, P., Cazella, A. A., & Delgado, N. G. (2012). Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro [Contributions to the study of rural territorial development: methodological reflections based on the brazilian case]. *Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 17(1002), 1-25. <https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/25988>
- Cazella, A. A., Bonnal, P., & Maluf, R. S. (2009). *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil* [Family farming: multifunctionality and territorial development in Brazil]. Mauad. <https://wp.ufpel.edu.br/>
- Cruz, F. T. (2020). Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais [Family farming, food processing, and advances and setbacks in the regulation of traditional and artisanal foods]. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), 1-21. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>
- Deggerone, Z. A. (2013). *A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares da Região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul* [The permanence of young people in family production units in the Alto Uruguai Region, Rio Grande do Sul]. [Dissertação de mestrado, Centro Universitário Univates]. Repositório da Univates. <https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/2d5b3970-ceb1-4124-884d-5f29adadbeb6/content>
- Eid, F., Addor, F., Chiariello, C. L., Laricchia, C. R., & Kawakami, A. (2015). Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais [Agro-industrialization policies in agrarian reform settlements: an analysis of the dialogue between MST cooperatives and government policies]. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 11(22), 1-31. <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3133/2153>
- Filgueiras, G. A. (2017). *Desafios da agricultura camponesa e estratégias de resistência territorial no Assentamento Antônio Conselheiro no município de Novo Planalto – Goiás* [Challenges facing smallholder farming and strategies for territorial resistance in the Antônio Conselheiro settlement in the municipality of Novo Planalto, Goiás]. [Dissertação de mestrado, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho]. Repositório da UNESP. <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d4e56d96-fada-4276-978c->

2816c2a38b30.

- Freitas, S. M. (2020). *Uma análise do desempenho, dos limites e dos desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no desenvolvimento da agricultura familiar no município de Palmeiras de Goiás – GO* [An analysis of the performance, limitations, and challenges of the National School Feeding Program (PNAE) in the development of family farming in the municipality of Palmeiras de Goiás, Goiás]. [Dissertação de mestrado, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa]. Repositório do IDP. <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2693>
- Gazolla, M. (2013). Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceitualização baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social [Redefining agribusiness in Brazil: a conceptualization based on its “broad conditions” of social reproduction]. *Revista IDEAS*, 7(2), 62-95. <https://revistaideias.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/109/108>
- Graziano da Silva, J. (1997). *O novo rural brasileiro* [The new Brazilian countryside]. *Nova Economia*, 7(1), 43-81. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193>
- Grisa, C., Schmitt, C. J., Mattei, L. F., Maluf, R. S., & Leite, S. P. (2010). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate [The Food Acquisition Programme (PAA) in perspective: notes and issues for debate]. *Retratos de Assentamentos*, 13(1), 137-170. <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017a). *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos* [Agricultural censuses: definitive results]. IBGE. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultado-definitivos>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017b.) *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias* [Regional division of Brazil into immediate geographic regions and intermediate geographic regions]. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2020). *INCRA 50 anos: integrar, semear a terra e gerar riqueza* [INCRA 50 years: integrating, sowing the land, and generating wealth]. INCRA. <https://50anos.incra.gov.br/incra-50-anos-integrar-semear-a-terra-e-gerar-riqueza/>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2025). *Relação de beneficiários da Superintendência Regional do INCRA em Goiás* [List of beneficiaries of the INCRA Regional Superintendency in Goiás]. INCRA. <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>
- Lutke, V., & Costa, C. (2019). Agroindústrias familiares, mercados institucionais e empoderamento das mulheres: uma discussão a partir de Santana do Livramento/RS [Family agro-industries, institutional markets, and women's empowerment: a discussion from Santana do Livramento/RS]. *Campo - Território: Revista de Geografia Agrária*, 14 (32), 266-292. <https://doi.org/10.14393/RCT143211>
- Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais [Agri-food markets and family farming in Brazil: value aggregation, integrated chains and regional circuits]. *Revista Ensaios FEE*, 25(1), 299-322. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>
- Marques, V. P. M. A. (2021). *Relatório técnico: Estabelecimentos da Reforma Agrária no Censo Agropecuário 2017* [Technical report: Land Reform Establishments in the 2017 Agricultural Census]. INCRA. [https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/assentamentos\\_censo\\_revisado.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/assentamentos_censo_revisado.pdf)
- Melo, A. A., & Vieira, F. R. (2012). Agricultura familiar competitiva: um diagnóstico estratégico da agroindústria de processamento de frutas e vegetais pertencente à cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga – Goiás [Competitive family farming: a strategic diagnosis of the fruit and vegetable processing agroindustry belonging to the Itapuranga family farming cooperative – Goiás]. *Enciclopédia Biosfera*, 8(15), 2376-2394. <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/>
- Mior, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural* [Family farmers, agribusinesses, and rural development networks]. Argos.
- Mior, L. C. (2003). *Agricultores familiares, agroindústrias e território: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense* [Family farmers, agro-industries and territory: the dynamics of rural development networks in Western Santa Catarina]. [Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87731>
- Monteiro, R. M. (2019). As formas de (re)produção das territorialidades camponesas nos assentamentos rurais do sudeste Goiano [The (re)production forms of peasant territorialities in rural settlements of southeastern Goiás]. *Espaço em Revista*, 21(1), 1-18. <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/58022>
- Moreira, E., Targino, I., & Neto, G. I. (2012). Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas [Internal organization of rural settlements in Paraíba: paths and pitfalls of associative forms]. *Revista NERA*, (3), 45-57. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i3.1483>
- Nascimento, D., Silveira, J. P., & Cruz, F. T. (2022). O trabalho de mulheres assentadas da reforma agrária no contexto de uma agroindústria familiar [The work of women settled through agrarian reform in the context of a family-based agro-industry]. *Retratos de Assentamentos*, 25(2), 185-208. <https://doi.org/10.25059/2527->

[2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i2.514](#)

- Novak, M. A. L., & Soares, S. (2020). Uma nova perspectiva de desenvolvimento local a partir de uma reestruturação produtiva [A new perspective on local development based on productive restructuring]. *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, 13(36), 320-336. <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/655>
- Ortiz-Miranda, D., Moreno-Pérez, O., Arnalte-Mur, L., Cerrada-Serra, P., Martínez-Gómez, V., Adolph, B... Yeboah, R. (2022). The future of small farms and small food businesses as actors in regional food security: a participatory scenario analysis from Europe and Africa. *Journal of Rural Studies*, 95, 326-335. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2022.09.006>
- Paixão, M. V., Nogueira, E. E. S. (2019). Aprendizagem e sentido: atividade de panificação de mulheres assentadas [Learning and sense: baking activity of settled women]. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(2), 1-26. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190053>
- Paula, L. A. C. (2023). A organização das mulheres unidas da gleba XV de novembro: agricultoras brasileiras e desenvolvimento local [The united women's organization of the XV of November glebe: brazilian women farmers and local development]. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, LVIII(123), 131-147. [doi.org/10.18055/Finis32248](https://doi.org/10.18055/Finis32248).
- Pelegrini, G., & Gazolla, M. (2009). A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar [Agro-industrialization as a strategy for the social reproduction of family farming]. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 17(2), 332-378. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/316/%20312>
- Quadros, C. (2012). *A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório* [Youth participation in family-based agro-industries on the southern coast of Santa Catarina and the implications for the succession process]. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96148>.
- Reis, A. T., & Thomaz Jr., A. (2020). Políticas públicas e resistência: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. In E. S. Ramos Filho, C. A. Feliciano, H. C. G. M. Silva, & R. S. Lima (Eds.), *Expansion of capital, socio-territorial movements and development policies* (pp. 111-161). Outras Expressões. <https://web.ua.es/es/giecrval/documentos/alves-costa-segrelles.pdf>
- Requier-Desjardins, D. (1999). Agro-industria rural y sistemas agroalimentares localizados: ¿Cuáles puestas? [Rural agro-industry and localized agri-food systems: What are the options?]. *X Aniversario de PRODAR*, 1-15. <http://www.prodar.org/cd.htm>
- Rivera, M., Guarán, A., Pinto-Correia, T., Almaas, H., Arnalte-Mur, L., Burns, V... Sanchez-Zamora, P. (2020). Assessing the role of small farms in regional food systems in Europe: evidence from a comparative study. *Global Food Security*, 26, 100417, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100417>
- Saldanha, J. C., Antogiovanni, L., & Scarim, P. C. (2009). Diálogos entre a multifuncionalidade da agricultura familiar e os projetos coletivos de educação do campo e da agroecologia no Norte do Espírito Santo. In A. A. Cazella, P. Bonnal, & R. S. Maluf (Eds.), *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil* [Family farming: multifunctionality and territorial development in Brazil] (pp. 137-166). Mauad. [wp.ufpel.edu.br/consagro/](http://wp.ufpel.edu.br/consagro/)
- Sales, R. M. M., Cavalcanti, M. T., Silva, K. J. M., & Silva, P. J. (2019). Agroindústria familiar, ODS's e desenvolvimento alternativo: um estudo sobre a Fonte do Sabor do semiárido Paraibano/Brasil [Family agroindustry, SDGs and alternative development: a study on Fonte do Sabor in the semi-arid region of Paraíba, Brazil]. *Redes*, 24(3), 142-162. <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14122>
- Santana, L. S. L., & Lima, F. A. X. (2018). Os programas PAA e PNAE e seus efeitos sobre um grupo de mulheres do Assentamento Lagoa do Serrote II [The PAA and PNAE programs and their effects on a group of women from the Lagoa do Serrote II Settlement]. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 7(1), 311-336. <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3352/1613>
- Siliprandi, E., & Cintrão, R. (2011). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) [Women farmers in the Food Acquisition Program (PAA)]. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 18(2), 12-32. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675>
- Silva, M. A., Neves, R. J., & Neves, S. M. A. S. (2016). Possibilidades de incorporação do processamento do cumbaru do assentamento Facão, Fumaça S. José, na cadeia produtiva do turismo rural: estudo de caso na fronteira Brasil/Bolívia [Possibilities for incorporating the processing of cumbaru from the Facão settlement, Fumaça S. José, into the rural tourism production chain: a case study on the Brazil/Bolivia border]. *Interações*, 17(4), 591-605. [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(04\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(04))
- Silva, T. J., Soares, E. C., & Navas, R. (2020) Apicultura como atividade de desenvolvimento e conservação do bioma caatinga: um estudo de caso no Sertão de Alagoas [Beekeeping as an activity for the development and conservation of the Caatinga biome: a case study in the Sertão region of Alagoas]. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 15(38), 412-432. <https://doi.org/10.14393/RCT153816>
- Spanevello, R. M., Duarte, L. C., Schneider, C. L. C. & Martins, S. P. (2019). Agroindústrias rurais familiares como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo – RS [Family rural agro-industries as a strategy for the socioeconomic reproduction of family farming in the

- municipalities of Santo Augusto and Campo Novo – RS]. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, 24(3), 198-216. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14125>
- Stoeva, S., Van Gompel, R., Van den Bossche, L., Rogge, E., Slavova, P., Grivins, M., & Mileiko, I. (2024). Understanding collaboration in short food supply chains: a focus on collaborative relationships, interaction mechanisms and relational benefits. *Agricultural and Food Economics*, 12(49), 1-34. <https://doi.org/10.1186/s40100-024-00344-4>
- Verano, T. C., & Medina, G. S. (2021). Feiras que promovem a inclusão de agricultores familiares em cadeias curtas de comercialização [Fairs that promote the inclusion of family farmers in short supply chains]. *Revista Economia e Sociologia Rural*, 29(1), 197-218. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-11>
- Wesz Junior, V. J. (2009). Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar [New configurations in the Brazilian rural environment: an analysis based on properties with family-run agro-industries]. *Agroalimentaria*, 15(28), 25-34. <http://revistas.saber.ula.ve/index.php/agroalimentaria/article/view/1449>
- Wesz Junior, V. J., Trentin, I. C. L., & Filippi, E. E. (2009). Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil [The impact of family-run agro-industries on the development of rural areas in Southern Brazil]. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 6(63), 59-85. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012214502009000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S012214502009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt)

## DOCUMENTOS LEGAIS

- República Federativa do Brasil. (2023). Lei nº 14.628, de 20/07/2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária e dá outras providências [Law 14,628, of July 20, 2023. Establishes the Food Acquisition Program (PAA) and the Solidarity Kitchen Program and provides other measures]. *Diário Oficial da União*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm).
- República Federativa do Brasil. (2019). Instrução Normativa Nº 99, de 30 de dezembro de 2019. Fixa os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária [Normative Instruction 99, of December 30, 2019. Establishes the administrative procedures for the titling of rural properties in Agrarian Reform Settlement Projects]. *Diário Oficial da União*. [https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in\\_99\\_2019.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/in_99_2019.pdf)
- República Federativa do Brasil. (2009). Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências [Law 11,947, of June 16, 2009. Provides for the provision of school meals and the Direct Money to School Program to students in basic education and takes other measures]. *Diário Oficial da União*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009lei/l11947.htm)